



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo A, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Redação Oficial

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60 e a proposta de redação oficial.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Por que não gosto de eleições

Gosto da democracia em seu exercício cotidiano e concreto. Prezo a discussão numa associação de moradores de vila para discutir se é melhor pedir mais postes de luz ou asfalto na rua central. Aprecio uma reunião de condomínio em que uma senhora idosa e sozinha defende seu cachorrinho contra a mãe de uma criança asmática e alérgica aos pêlos de animais. Em ambos os casos, sinto carinho pelo esforço de inventar formas possíveis de convivência.

Ultrapassamos o tamanho das comunas medievais, e hoje um governo democrático só pode ser representativo: as eleições são inevitáveis. Mas não me digam que elas são a melhor expressão da democracia.

A retórica eleitoral parece implicar inelutavelmente duas formas de desrespeito, paradoxais por serem ambas inimigas da invenção democrática.

Há o desrespeito aos eleitores, que é implícito na simplificação sistemática da realidade. Tanto as promessas quanto a crítica às promessas dos adversários se alimentam numa insultuosa infantilização dos votantes: “Nós temos razão, o outro está errado; solucionaremos tudo, não há dúvidas nem complexidade; entusiasmem-se”.

E há o desrespeito recíproco entre os candidatos. As reuniões de moradores de vila ou de condomínio não poderiam funcionar se os participantes se tratassem como candidatos a um mesmo cargo eleitoral. Paradoxo: o processo eleitoral parece ser o contra-exemplo da humildade necessária para o exercício da democracia que importa e que deveria reger as relações básicas entre cidadãos – a democracia concreta.

Em 1974, na França, Mitterrand, socialista, concorria à Presidência com Giscard d’Estaing, centrista. Num debate decisivo, Mitterrand falava como se ele fosse o único a enternecer-se ante o destino dos pobres e deserdados. Giscard retrucou: “Se-nhor Mitterrand, o senhor não detém o monopólio do coração”. Cansado de simplificações, o eleitorado gostou, e Mitterrand perdeu.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

1. A justificativa do autor para não gostar de eleições expressa-se pelo fato de que, nas eleições,
 - (A) o exercício democrático revela-se custoso e complexo, tornando inviáveis as decisões mais justas e mais simples.
 - (B) ocorre uma disputa em princípio democrática, na qual, contraditoriamente, os adversários desrespeitam a base mesma da democracia.
 - (C) são feitas promessas cujo cumprimento dependeria da suspensão, ainda que momentânea, dos direitos individuais.
 - (D) os interesses dos candidatos, mercê do antagonismo de suas propostas, acabam por se sobrepor aos interesses partidários.
 - (E) as hostilidades entre os candidatos levam-nos a acirrar a argumentação política, em vez de buscarmos um consenso entre suas propostas.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Os exemplos da discussão entre moradores de uma vila e da reunião de condomínio ilustram situações em que não há conflito de interesses.
- II. Tanto são inevitáveis as eleições, numa democracia, como é rotineiro o uso da boa retórica, que torna convincentes os argumentos de quem as disputa.
- III. O duplo desrespeito, a que se refere o autor, atinge tanto os sujeitos da retórica de campanha como os receptores para os quais ela se produz.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. No contexto do segundo parágrafo, é correta a inferência de que

- (A) nas comunas medievais não se impôs a necessidade de eleições representativas.
- (B) nas comunas medievais não havia a menor possibilidade de práticas democráticas.
- (C) as eleições representativas são inevitáveis, constituindo a finalidade da democracia.
- (D) o aperfeiçoamento democrático deve-se à experiência das comunas medievais.
- (E) toda prática democrática se deve ao caráter representativo das eleições.

4. Em sua réplica no debate entre candidatos à Presidência da França, o candidato Giscard d'Estaing (A) manifestou seu despreço pelo destino dos pobres e deserdados. (B) demonstrou grandeza política, ao acatar as razões de seu oponente. (C) expressou sua relutância em abordar um tema de natureza social. (D) expôs o exclusivismo do discurso do candidato socialista. (E) denunciou a inexequibilidade das promessas de seu rival.	7. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase: (A) Giscard contrapôs às falas de Mitterrand a impressão de que este se pronunciava como se detera o monopólio do coração. (B) A mãe entrevistou na discussão, alegando que seu filho era alérgico a pêlos de animais – razão pela qual se indispusera com a dona do cachorrinho. (C) O autor afirma que sempre se comprazeu em participar de reuniões em que todos envidam esforços na busca de soluções conciliatórias. (D) Se condissessem com a verdadeira prática democrática, as campanhas eleitorais não dariam lugar ao discurso que inclui arrogância na argumentação. (E) Caso Mitterrand contesse o ímpeto de sua fala, não houvera de argumentar com tamanha simplificação e tão visível autoritarismo.
5. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é: (A) Não costumam ocorrer, em reuniões de gente interessada na discussão de um problema comum, conflitos que uma boa exposição dos argumentos não possam resolver. (B) Quando há desrespeito recíproco, as razões de cada candidato, mesmo quando justas em si mesmas, acaba por se dissolverem em meio às insolências e aos excessos. (C) O maior dos paradoxos das eleições, de acordo com as ponderações do autor, se verificariam nos caminhos nada democráticos que se trilha para defender a democracia. (D) Quando se torna acirrado, nos debates eleitorais, o ânimo dos candidatos envolvidos, é muito difícil apurar de quem provém os melhores argumentos. (E) Insatisfeitos com o tom maniqueísta e autoritário de que se valem os candidatos numa campanha, os eleitores franceses escolheram o que lhes pareceu menos insolente.	8. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase: (A) O autor preza a discussão <u>à qual</u> se envolvem os moradores de um condomínio, quando os anima a aspiração <u>de um</u> consenso. (B) A frase de Mitterrand <u>na qual</u> se arremeteu o candidato Giscard não representava, de fato, uma posição <u>com a qual</u> ninguém pudesse discordar. (C) A frase <u>de cujo</u> teor Giscard discordou revelava, de fato, o sentimento de superioridade <u>do qual</u> o discurso de Mitterrand era uma clara manifestação. (D) Os candidatos <u>em cujos</u> argumentos são fracos costumam valer-se da oposição entre o certo e errado <u>à qual</u> se apoiam os maniqueístas. (E) O comportamento dos condôminos <u>cujas</u> a disposição é o consenso deveria servir de exemplo ao dos candidatos <u>que seu</u> único interesse é ganhar a eleição.
6. NÃO é possível a transposição para a voz passiva do segmento sublinhado da frase: (A) <u>Aprecio uma reunião</u> em que há o esforço de inventar possíveis de convivência. (B) O processo eleitoral <u>parece ser o desmentido</u> da humildade necessária para o exercício da democracia. (C) Mitterrand <u>perdeu as eleições</u> por conta de uma declaração infeliz. (D) As reuniões de moradores <u>não obteriam êxito</u> caso eles agissem como candidatos numa eleição. (E) As promessas mirabolantes e a retórica vazia <u>vêm alimentando o discurso</u> da maioria dos candidatos.	9. É adequada a articulação entre os tempos verbais na frase: (A) Mais se respeitasse a democracia, mais se deveria lutar contra as falácias dos discursos dos candidatos. (B) O que tem ficado implícito na simplificação sistemática da realidade foi o desrespeito aos eleitores que a prezassem. (C) Não houvéssemos ultrapassado as dimensões das comunas medievais, poderemos ter decisões que não dependeriam do sistema representativo. (D) Vindo a ocorrer a insultuosa infantilização dos votantes, reagissem estes, negando-se a votar em quem os subestimava. (E) Seria possível que chegassem a um acordo a dona do cachorrinho e a mãe da criança asmática, desde que se disponham a ponderar a razão de cada uma.

10. Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras na frase: (A) Há discussões que chegam a um tal estado de paradoxismo que fica improvável alguma solução que se adeque à expectativa dos contendores. (B) Os candidatos, em suas altercalções num debate, costumam dissimular mais injúrias um contra o outro do que esclarecimentos ao eleitorado. (C) A democracia, por vezes, constitui uma espécie de campo de provas que poucos candidatos estão habilitados a cruzar preservando sua dignidade. (D) Se os eleitores fossem mais atentos à inépcia dos candidatos, não se deixariam envolver por tudo o que há de falascioso nos discursos de campanha. (E) Crêem muitos que há obsolescência na democracia, conquanto ninguém se arvora em profeta de algum outro regime que pudesse ser mais bem sucedido.	13. <i>A retórica eleitoral parece implicar inelutavelmente duas formas de desrespeito.</i> O sentido essencial da frase acima mantém-se nesta outra construção igualmente correta: (A) Duas formas de desrespeito parecem estar indissociavelmente ligadas à retórica eleitoral. (B) É inapelável deixar de implicar na retórica eleitoral esses dois tipos de desrespeito. (C) São duas formas de desrespeito que parecem se eximir, infelizmente, de uma retórica eleitoral. (D) Parece que essas duas formas de desrespeito redundam infalivelmente a uma retórica eleitoral. (E) Inclui-se duas formas de desrespeito incontornável ao que em princípio parece retórica eleitoral.
11. Está clara e correta a redação da seguinte frase: (A) Toda a vez em que se simplifica dados da realidade, a mesma adquire com matizes de preto e branco um aspecto esquemático haja em vista aquela simplificação. (B) O eleitorado francês percebeu que na frase de Mitterrand, contestada por Giscard, havia a arrogância de quem se anuncia como salvador dos humilhados e ofendidos. (C) O autor diz que é um pressuposto haver humildade por parte de quem se diz democrata, cujo exercício deve abrir para o debate e manter atenção com a fala do outro. (D) Na medida que se infantiliza os eleitores, e se trata uma realidade em preto e branco para ser mais inteligível, promovemos uma simplificação sem qualquer dúvida. (E) Ao reconhecer na democracia que ela tem seus próprios méritos, nem por isso o autor deixa de lhes explorar seus aspectos negativos das campanhas dos candidatos em que ela se denigre.	14. Gosto da democracia, <u>pratico a democracia</u>, respeito os fundamentos que <u>mantêm em pé a democracia</u>, mas nada disso me impede de <u>associar a democracia</u> às campanhas eleitorais, que <u>negam a democracia</u>. Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por (A) a pratico – mantêm-na em pé – lhe associar – a negam (B) pratico-a – a mantêm em pé – associar-lhe – negam ela (C) a pratico – mantêm ela em pé – a associar – lhe negam (D) pratico-a – a mantêm em pé – associá-la – a negam (E) pratico-a – lhe mantêm em pé – a associar – negam-lhe
12. <i>Ultrapassamos o tamanho das comunas medievais, e hoje um governo democrático só pode ser representativo: as eleições são inevitáveis.</i> Mantém-se o sentido da frase acima caso se substitua a expressão sublinhada por (A) ainda que. (B) a fim de que. (C) a partir do que. (D) muito embora. (E) tendo em vista que.	15. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase: (A) Implícito na simplificação sistemática da realidade, está o desrespeito aos eleitores, que são o alvo costumeiro, da retórica eleitoral. (B) É lamentável que candidatos socialistas, a exemplo de Mitterrand, se deixem levar pela convicção de que, em nosso mundo tão complexo, o messianismo faça sentido. (C) As fórmulas simplificadoras são: se eu estou certo o senhor está errado; somente eu, tenho a solução, entusiasmem-se pois comigo. (D) Quando se reúnem, os moradores de vila costumam discutir, tanto os problemas que os afligem como as soluções que devem brotar, dessa discussão. (E) No caso da mãe da criança asmática e da velha senhora, que defende seu cachorrinho, há o dilema, de se saber qual delas sairá da reunião, profundamente compungida.

16. *Se ouvíssemos dizer dos Orientais que eles têm o costume de beber um licor que lhes sobe à cabeça, faz perder a razão e os obriga a vomitar, diríamos: “Que coisa de bárbaros”.*

(La Bruyère)

Com a hipótese levantada na frase acima, La Bruyère mostra que

- (A) o preconceito nos torna cegos para nós mesmos.
- (B) um defeito não deve nunca ser relativizado.
- (C) queremos que sejam nossas as qualidades do outro.
- (D) é difícil admitir a virtude em quem admiramos.
- (E) não se deve subestimar a fraqueza dos outros.

17. O verbo entre parênteses deverá ser flexionado, obrigatoriamente, numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Mesmo que não (**caber**) a vocês tomar a decisão final, gostaria que discutissem bem esse assunto.
- (B) Eles sabiam que (**urgir**) chegarem à pousada, mas não conseguiram evitar o atraso.
- (C) A nenhum de vocês (**competir**) decidir quem será o novo líder do grupo.
- (D) Tais decisões não (**valer**) a pena tomar assim, de afogadilho.
- (E) A apenas um dos candidatos (**restar**) ainda alguns minutos para rever a prova.

18. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Continuamos a avaliar seria melhor se você desistisse da eleição.
- (B) A fonte saciará nossa sede fica no alto daquela encosta.
- (C) Há sonhos é impossível se desviar, quando se pensa no futuro.
- (D) Todos os momentos devaneamos ficaram impressos na minha memória.
- (E) Dos livros me ative nos últimos dias, apenas dois têm grande valor.

19. É preciso corrigir a redação da seguinte frase:

- (A) Quando se chega a resultados como estes, há que se pensar num reajuste dos parâmetros em que baseamos os nossos cálculos.
- (B) Os casamentos vêm ocorrendo entre pessoas cada vez menos jovens, o que talvez revele uma preocupação crescente com a assunção desse compromisso.
- (C) Na televisão norte-americana, a cobertura da guerra no Iraque foi manifestamente patriótica: os repórteres da Fox pareciam liderar a torcida em favor das tropas invasoras.
- (D) As conseqüências que advirem da escolha pela qual você optou, são de sua responsabilidade, além do mais porque lhe advertimos sobre os riscos envolvidos.
- (E) Os bons psicoterapeutas ensinam que, em vez de uma pessoa querer ser outra, é mais interessante que ela busque inventar o que pode fazer com o que já é.

20. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Decidi contar com você.
- II. Você traiu minha confiança.
- III. Dou-lhe nova oportunidade para provar que é meu amigo.

As afirmações acima estão articuladas de modo coerente e correto na frase:

- (A) Como quero lhe dar uma nova oportunidade para provar que é meu amigo, já que decidi contar com você, apesar de você ter traído minha confiança.
- (B) Você traiu minha confiança; foi onde decidi contar com você, embora lhe dê uma nova oportunidade para provar que é meu amigo.
- (C) Dou-lhe uma nova oportunidade para que prove que é meu amigo, pois você traiu minha confiança conquanto decidi contar com você.
- (D) Decidi contar com você, sendo que você traiu minha confiança, ainda que lhe dê nova oportunidade para provar que é meu amigo.
- (E) Dou-lhe uma nova oportunidade para provar que é meu amigo, muito embora você tenha traído minha confiança quando decidi contar com você.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DIREITO ADMINISTRATIVO 21. As organizações sociais têm como característica, entre outras, (A) atuar também nas áreas de ensino, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. (B) o vínculo jurídico com o Poder Público por meio do contrato de parceria. (C) criação por decreto do Chefe do Executivo. (D) a desnecessidade de habilitar-se perante a Administração Pública. (E) ser pessoa jurídica de direito privado, podendo ter fins lucrativos.	24. No que tange ao poder regulamentar, é certo que (A) para a edição do regulamento autônomo basta observar-se a vigência, a publicação e a referenda dos Secretários de Estado. (B) o regulamento autônomo, também chamado de execução, é o que se preordena ao desenvolvimento de determinada lei, para torná-la exequível. (C) o regulamento delegado é aquele editado pela autoridade para dispor sobre matéria constitucional reservada ao Executivo, sendo materialmente uma lei. (D) para expedir atos que visem executar a lei, o Executivo, de regra, não necessita de outorga legal específica ou constitucional genérica. (E) o instrumento ou veículo do regulamento deve ser o decreto do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, vedada qualquer outra espécie de ato administrativo.
22. Analise as seguintes situações: I. A Administração Pública, usando meios de coação, apreende mercadorias irregulares ou interdita uma indústria poluidora. II. Autorização dada pela Administração Pública, diante do interesse público em jogo, para a circulação de veículos com peso ou altura excessivos ou para a pesquisa e lavra de recursos naturais. Tais situações, relacionadas aos atributos do poder de polícia, dizem respeito, respectivamente, a (A) coercibilidade e exigibilidade. (B) coercibilidade e vinculação. (C) exigibilidade e vinculação. (D) discricionariedade e auto-executoriedade. (E) auto-executoriedade e discricionariedade.	25. Os atos administrativos, a exemplo da demissão, do parecer, da deliberação de um Conselho e do decreto do Chefe do Executivo, referendado pelos Secretários de Estado, podem ser classificados quanto à função da vontade e quanto à formação da vontade. Esses casos dizem respeito, respectivamente, ao (A) ato consumado, ato pendente, ato composto e ato complexo. (B) mero ato administrativo, ato simples, ato complexo e ato administrativo puro. (C) ato administrativo puro, mero ato administrativo, ato simples e ato complexo. (D) mero ato administrativo, ato simples, ato individual e ato geral. (E) ato declaratório, ato administrativo puro, ato enunciativo e ato constitutivo.
23. Em matéria de ato administrativo, considere: I. A retirada de um ato administrativo pode dar-se por revogação, invalidação e caducidade. II. A revogação atinge um ato administrativo que foi editado em desconformidade com a lei e, portanto, ela retroage, tendo efeitos <i>ex tunc</i>. III. É caracterizada como hipótese de confirmação a que se dá em decorrência da prescrição do direito de anular o ato administrativo. IV. A recusa pelo particular ou pela Administração Pública é causa de convalidação do ato administrativo ante a renúncia por parte do beneficiário. Nesses casos, são corretos SOMENTE (A) I e II. (B) I e III. (C) II e IV. (D) I, III e IV. (E) II, III e IV.	26. É INCORRETO afirmar que é considerada característica dos contratos administrativos, dentre outras, a (A) ausência de cláusulas exorbitantes. (B) natureza de contratos de adesão. (C) natureza, de regra, <i>intuitu personae</i>. (D) finalidade pública. (E) sua mutabilidade. 27. No que diz respeito ao exercício, é certo que (A) o prazo para o servidor entrar em exercício é de 5 (cinco) dias e, se não atender, ficará em disponibilidade. (B) o exercício poderá dar-se mediante procuração por instrumento público ou particular. (C) a promoção interrompe e, em certos casos, suspende o tempo de exercício. (D) o início do exercício de função de confiança, de regra, coincidirá com a data da publicação do ato de designação. (E) o servidor público, entrando em exercício, poderá ser dispensado do estágio probatório.

28. Em matéria de penalidades a que estão sujeitos os servidores públicos, é previsto que

- (A) a destituição do cargo em comissão sempre implica na indisponibilidade de bens e ressarcimento de danos.
- (B) será cassada a aposentadoria do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com demissão.
- (C) o servidor público que se recusar a ser submetido a inspeção médica será suspenso até 30 (trinta dias).
- (D) a penalidade de suspensão não poderá ser convertida em multa, o que será possível na pena de advertência.
- (E) a demissão do cargo efetivo não implica na indenização por danos, face a perda definitiva desse cargo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

29. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros previstos na Constituição Federal,

- (A) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- (B) seguro desemprego, em casos de despedida voluntária ou involuntária.
- (C) jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento e de oito horas em caso de substituição facultativa.
- (D) remuneração do serviço extraordinário até o máximo de quarenta por cento à do normal.
- (E) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

30. A Constituição Federal assegura a livre associação profissional ou sindical, desde que observados alguns mandamentos, dentre eles,

- (A) a prévia autorização do Poder Público para a fundação do sindicato.
- (B) a facultativa participação dos sindicatos nas negociações individuais e coletivas de trabalho.
- (C) a vedação da dispensa, em qualquer hipótese, de sindicalizado eleito a cargo de direção, salvo se suplente, até dois anos após o final do mandato.
- (D) o direito do aposentado filiado de votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) a exigência para a suspensão de suas atividades, de decisão judicial ou administrativa, com trânsito em julgado, pela autoridade competente.

31. Os Tribunais Regionais do Trabalho, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, compõem-se de, no

- (A) máximo, sete juízes, com mais de trinta e menos de sessenta anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de inscrição na OAB e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos na entrância, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por merecimento.
- (B) mínimo, sete juízes, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (C) máximo, sete juízes, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um terço dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por merecimento.
- (D) mínimo, nove juízes, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um quinto dentre advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade.
- (E) mínimo, nove juízes, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo na última entrância, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.

32. Consideram-se brasileiros natos os nascidos no

- (A) estrangeiro, de pai e de mãe estrangeiros, desde que venham a trabalhar e residir no Brasil e optem, até no máximo 30 dias após o reingresso, pela nacionalidade brasileira.
- (B) Brasil, ainda que de pais estrangeiros, estando ou não a serviço de seu país.
- (C) estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.
- (D) estrangeiro, de pais de qualquer nacionalidade, que sejam registrados em embaixada brasileira, no máximo após 30 dias de seu nascimento.
- (E) Brasil, de pais estrangeiros, desde que oriundos de países de língua latina ou lusitana e estejam a serviço de seu país.

33. Em relação à administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispõe a Constituição Federal que (A) ao servidor público, no exercício de mandato eletivo, que esteja afastado, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento, desde que no último ano de exercício do mandato, vedada a promoção por antiguidade. (B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores, na base da média dos últimos 12 meses de vencimentos. (C) será permitida, havendo compatibilidade de horários, a acumulação remunerada de três cargos de professor com outros, de caráter técnico ou científico. (D) a proibição de acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções, não abrangendo autarquias, fundações e empresas públicas, que possuem regime próprio permissivo definido por lei. (E) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.	36. Em relação ao Conselho Nacional do Ministério Público, a Constituição Federal dispõe que (A) seus membros serão nomeados pelo Procurador-Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal, para um mandato de um ano, admitida a recondução. (B) o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto a ele. (C) três, dentre seus quinze membros, serão do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras. (D) tem, além de outras, competência judicial e administrativa para exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei. (E) escolherá, em votação aberta dentre seus membros, um Corregedor nacional, para mandato de um ano, admitida a recondução.
34. Compete, privativamente, à União legislar sobre (A) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (B) direito penitenciário, econômico, urbanístico, comercial e tributário. (C) condições para o exercício das profissões. (D) proteção à infância e à juventude. (E) educação, cultura, ensino, desporto, previdência social e defesa da saúde.	DIREITO CIVIL 37. Observa-se que, na solidariedade passiva no direito das obrigações, (A) a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores importará em renúncia dessa solidariedade. (B) impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, bem como perdas e danos. (C) todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida. (D) o credor não poderá renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores. (E) o devedor demandado pode opor as exceções que lhes forem pessoais e as comuns a todos, aproveitando-lhe as exceções pessoais a outro co-devedor.
35. Analise as assertivas abaixo: I. O plebiscito é uma consulta que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos sobre determinado ato governamental para posteriormente ratificá-lo, ou no sentido de conceder-lhe eficácia, ou, ainda, para retirar-lhe a eficácia. II. A idade mínima para concorrer ao cargo de Deputado Estadual é de dezoito anos de idade. III. A perda ou suspensão de direitos políticos, se dará, dentre outros casos, com o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado. IV. Eleito o militar alistável e elegível, com mais de dez anos de serviço, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade. Estão corretas SOMENTE (A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.	38. No que tange a decadência, considere as assertivas abaixo. I. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir, de ofício, a alegação. II. É anulável a renúncia à decadência fixada em lei, por ser matéria de ordem pública. III. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem ou interrompem a prescrição. Está correto SOMENTE o que se afirma em (A) I. (B) III. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.

39. O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei permita, ficará obrigado a (A) pagar ao devedor o dobro do que tiver cobrado, salvo se houver prescrição. (B) esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, isentando-se das custas. (C) pagar ao devedor o dobro do que tiver cobrado, salvo se houver decadência. (D) esperar o tempo que faltava para o vencimento, a descontar os juros correspondentes, embora estipulados, e a pagar a custa em dobro. (E) pagar ao devedor o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.	DIREITO DO TRABALHO 42. Por meio de acordo coletivo de trabalho ou de convenção coletiva de trabalho, podem ser estabelecidas (A) normas trabalhistas que representem melhora das condições de trabalho já fixadas por lei, exceto nas hipóteses de redução de salário e jornada de trabalho. (B) apenas normas trabalhistas que regulem direitos não regulamentados por lei. (C) quaisquer normas trabalhistas, observado o dissídio coletivo do ano anterior. (D) normas relativas, exclusivamente, às condições de saúde e medicina do trabalho. (E) normas relativas à jornada de trabalho, desde que, sempre, menos favoráveis do que as previstas pela legislação.
40. Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento (A) particular ou público, com posterior homologação judicial obrigatória. (B) necessariamente particular e independentemente de homologação judicial. (C) necessariamente público, e com posterior homologação judicial obrigatória. (D) necessariamente particular e com posterior homologação judicial obrigatória. (E) necessariamente público e independentemente de homologação judicial.	43. A respeito da greve no serviço público, é correto afirmar que é (A) constitucional, mas ilegal. (B) legal, mas inconstitucional. (C) inconstitucional. (D) constitucional, mas depende de lei específica. (E) constitucional, mas depende de lei complementar.
41. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de (A) três anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. (B) três anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, mas não possui responsabilidade com relação ao solo. (C) três anos pela solidez e segurança do trabalho, não possuindo responsabilidade em razão dos materiais como do solo. (D) cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. (E) cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, mas não possui responsabilidade com relação ao solo.	44. Compõem a Justiça do Trabalho as (A) varas do trabalho, os tribunais regionais do trabalho e o tribunal superior do trabalho. (B) juntas de conciliação e julgamento, os tribunais do trabalho e o supremo tribunal federal. (C) varas do trabalho, os tribunais federais regionais, o superior tribunal de justiça e o conselho nacional de justiça. (D) varas do trabalho, os tribunais regionais federais, as comissões de conciliação prévia e o conselho superior da justiça do trabalho. (E) comissões de conciliação prévia, as varas do trabalho, os tribunais regionais do trabalho, o tribunal superior do trabalho e o conselho superior da justiça do trabalho. 45. O contrato de trabalho pode ser rescindido por justa causa (A) pelo empregador, se o empregado descumprir ordens de serviço, mesmo que sejam ordens ilegais, ou que ponham em risco a integridade física do trabalhador. (B) sempre que o empregado for advertido em razão de atrasos frequentes, mas desde que nunca tenha sido, pelo mesmo motivo, suspenso. (C) se o empregador descumprir suas obrigações contratuais ou legais. (D) pelo empregado, se o empregador nunca tiver fornecido a cesta básica. (E) pelo empregado, quando o empregador descumprir dever legal, desde que o trabalhador, antes, advirta o empregador.

46. A jornada noturna de trabalho, que deve ter remuneração superior à diurna, nos termos da Constituição da República, compreende (A) qualquer hora trabalhada depois do pôr-do-sol de um dia e antes do amanhecer do dia seguinte. (B) no horário de verão, as horas trabalhadas entre 21:00 e 07:00 horas. (C) fora do horário de verão, as horas trabalhadas entre 22:00 e 06:00 horas. (D) para o trabalhador urbano, as horas trabalhadas entre 21:00 e 05:00 horas. (E) para o trabalhador na pecuária, as horas trabalhadas entre 20:00 e 04:00 horas.	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 50. O <i>jus postulandi</i> das partes, no processo do trabalho, é reservado (A) a empregados e empregadores. (B) aos empregados beneficiários da justiça gratuita. (C) aos empregados, somente. (D) aos empregados assistidos pelo sindicato de classe. (E) a quaisquer partes, desde que não se trate de reclamação trabalhista.
47. Nos termos da Lei nº 9.958/2000, acordo firmado perante a comissão de conciliação prévia (A) tem eficácia liberatória apenas quanto aos títulos pleiteados pelo trabalhador na reclamação perante a comissão. (B) tem eficácia geral de todos os créditos do contrato de trabalho, exceto quanto aos ressalvados no termo. (C) tem eficácia liberatória geral, exceto quanto aos direitos civis e humanos. (D) é facultativo, se não houver comissão de conciliação na empresa do trabalhador. (E) é obrigatório, porque sua inexistência impede o ajuizamento de ação de reclamação trabalhista.	51. No processo do trabalho, são fundamentos das contradições, assim como previstos na C.L.T., (A) possuir ação em curso contra o réu ou ser amigo do reclamante. (B) ter interesse no desfecho da lide. (C) ser parente de quarto grau civil ou ser inimigo do reclamante. (D) ser ou ter sido sócio do empreendimento reclamado. (E) guardar relação de parentesco, até o terceiro grau civil, nutrir amizade íntima e inimizade.
48. As férias concedidas ao trabalhador urbano, não doméstico, no curso do contrato, serão (A) sempre de trinta dias. (B) de trinta dias, se o empregado não apresentar, no período concessivo, faltas imotivadas. (C) de trinta dias, descontando-se os feriados do período concessivo. (D) devidas em dobro, quando o empregado não concordar em tirar as férias no período assinalado pelo empregador. (E) de trinta dias, se, no período aquisitivo, o empregado não faltar sem justificativas legais mais do que cinco dias.	52. O empregado agente viajante que preste seus serviços a empresa sediada na capital de São Paulo, mas que atenda a todas as cidades do interior do Estado, subordinando-se à filial de Jundiaí, terá sua reclamatória trabalhista apreciada, segundo o artigo 651, § 2º da C.L.T., pela Vara (A) do domicílio do trabalhador. (B) do domicílio do empregador. (C) de Jundiaí. (D) de Campinas ou de São Paulo. (E) de Jundiaí ou de Campinas.
49. Para usufruir a redução de jornada de oito para seis horas diárias, por turnos ininterruptos de revezamento, o empregado deverá (A) trabalhar, pelo menos, seis dias na semana, sem intervalo de refeição e a empresa funcionar em três turnos. (B) alternar seu trabalho em turnos diferentes, manhã, tarde e noite, sem folgas compensatórias. (C) trabalhar em horários revezados constantemente, entre os períodos matutino, vespertino e noturno. (D) trabalhar de manhã, à tarde e à noite, revezadamente, sem intervalos de refeição. (E) trabalhar em horários revezados constantemente, entre os períodos matutino, vespertino e noturno, sem descanso semanal remunerado.	53. No processo do trabalho, as exceções peremptórias distinguem-se das dilatórias porque as primeiras (A) são apresentadas com a contestação, as últimas, em razões finais. (B) se acolhidas, atrasam o resultado final do processo, enquanto as últimas, se acolhidas, provocam sua extinção. (C) são estabelecidas pelo Juiz e, as últimas, pela lei. (D) comportam recurso imediato e, as últimas, apenas após o julgamento final do mérito da causa. (E) podem ser apresentadas por autor ou réu e, as últimas, apenas pelo réu.

54. No rito sumaríssimo, são providências que aceleram o processo, no segundo grau de jurisdição
- (A) a falta de remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, que só conhecerá do recurso em sessão.
 - (B) a proibição de apresentar recurso ordinário.
 - (C) a inexistência de agravo de instrumento.
 - (D) o atendimento às súmulas do Tribunal Regional do Trabalho, como pressuposto de recorribilidade.
 - (E) o prazo de 48 horas para que o relator redija o acórdão.

55. Os atos da audiência trabalhista são os seguintes, na ordem correta de sua previsão na C.L.T.:
- (A) tentativa de conciliação, apresentação da defesa, provas orais, debates, tentativa de conciliação e julgamento.
 - (B) apresentação da defesa, tentativa de conciliação, debates, provas orais, tentativa de conciliação e julgamento.
 - (C) pregão, apresentação da defesa, tentativa de conciliação, provas orais, debates, tentativa de conciliação e julgamento.
 - (D) tentativa de conciliação, apresentação da defesa, provas orais, debates, tentativa de conciliação e julgamento.
 - (E) tentativa de conciliação perante a comissão de conciliação prévia, pregão, tentativa de conciliação em Juízo, apresentação da defesa, provas orais, debates, tentativa de conciliação e julgamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56. Dentre outras hipóteses, suspende-se o processo quando
- (A) o juiz acolher a exceção de litispendência.
 - (B) ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.
 - (C) for oposta exceção de incompetência de juízo.
 - (D) o juiz acolher a exceção de coisa julgada.
 - (E) ocorrer confusão entre autor e ré.

57. A respeito do pedido é correto afirmar:
- (A) Será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
 - (B) Quando para cada pedido corresponder tipo diverso de procedimento, não se admitirá, em nenhuma hipótese, a cumulação.
 - (C) Será interpretado restritivamente, não se compreendendo no principal os juros legais.
 - (D) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, elas só serão consideradas incluídas no pedido se houver declaração expressa do autor.
 - (E) Deverá ser determinado, sendo que nunca poderá o autor formular pedido genérico.

58. Em matéria de revelia, considere as afirmativas:
- I. Contra o revel correrão os prazos independentemente de intimação e este somente poderá intervir no processo para recorrer da sentença de mérito, se esta lhe for desfavorável.
 - II. Se ocorrer a revelia, o autor poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, bem como demandar declaração incidente, independentemente de promover nova citação do réu.
 - III. Se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação, não serão considerados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor quanto aos réus em relação aos quais ocorreu a revelia.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

59. O juiz não concederá a antecipação total ou parcial dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, mesmo que, existindo prova inequívoca, se convencer da verossimilhança da alegação se
- (A) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu.
 - (B) houver fundado receio de dano de difícil reparação.
 - (C) ficar caracterizado o abuso do direito de defesa.
 - (D) houver fundado receio de dano irreparável.
 - (E) houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

60. É correto afirmar que o juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, e que
- (A) caberá ao juiz, a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, não podendo determiná-las de ofício.
 - (B) o juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe permitido conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
 - (C) o juiz poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei, desde que justifique e comprove a situação.
 - (D) em qualquer hipótese, o juiz que proferir a sentença, se entender necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas.
 - (E) o juiz apreciará livremente a prova ao proferir sentença, atendendo aos fatos alegados pelas partes, sendo-lhe facultada a indicação dos motivos que formaram o seu convencimento.

REDAÇÃO OFICIAL

Tendo em vista a inauguração da nova sede do TRT, prevista para o próximo mês, redija, **em nome do Analista Judiciário José Brasileiro da Mata**, um OFÍCIO dirigido ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, informando-o da cerimônia e solicitando sua presença.

ATENÇÃO:

1. Deverá haver total respeito à estrutura exigida por esse tipo de texto.
2. O texto deverá ter a extensão mínima adequada a essa modalidade.

R
A
S
C
U
N
H
O